

Esther de Souza Almeida Pinto

**A inclusão na Educação Infantil:
desafios e possibilidades**

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**Coordenação Central de Extensão
Curso de Especialização em Educação Infantil: Perspectivas de
Trabalho em Creches e Pré-Escolas**

Orientadora: Ana Elisabete Lopes

Rio de Janeiro,
Outubro de 2017



Esther de Souza Almeida Pinto

**A inclusão na Educação Infantil:
desafios e possibilidades**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil.

Orientadora: Ana Elisabete Lopes

Coordenação Central de Extensão
Curso de Especialização em Educação Infantil:
Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré-Escolas

Rio de Janeiro,
Outubro de 2017

DEDICO...

este trabalho aos meus queridos alunos, pois foi graças a eles que senti a necessidade de conhecer muito mais sobre a educação inclusiva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois graças a ele tudo se torna possível em minha vida, sem Ele eu não teria forças para superar todas as dificuldades, e limitações, sem Ele eu não seria nada.

Aos meus pais e ao meu namorado que sempre me incentivaram e me apoiaram durante toda essa caminhada, dando-me força e coragem.

Aos meus amigos, Deniella, Patrícia, Renata e Tiago que foram fundamentais para a minha formação. Amigos que estiveram sempre ao meu lado, dando-me forças para não desistir, e me ensinando muito através de suas práticas educacionais.

À universidade, e todo o seu corpo docente, direção e administração, principalmente a minha orientadora Profa. Dra. Ana Elizabete Lopes, que exalto pela excelência e sabedoria concedida a mim, por todo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos que oportunizaram a janela que hoje vislumbro.

Assim, deixo a todos o meu muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa é um estudo de caso sobre a Educação Inclusiva de crianças com necessidades especiais, na qual será apresentado relatos sobre experiências vivenciadas em uma escola privada, de classe média alta, localizada na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. A análise é realizada a partir da investigação acerca do movimento de inclusão, em contexto das creches e escolas de Educação Infantil. Apresenta-se observações de dois casos relacionados a alunos com diferentes primordialidades cuja experiência contribui para a reflexão acerca da rede de apoio e suporte necessários para a construção de um projeto inclusivo de educação em creches e escolas de Educação Infantil.

Palavras chave: Inclusão. Educação Inclusiva. Acessibilidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO SOCIAL: UM RESGATE HISTÓRICO	9
1.1. O surgimento da creche como espaço educativo.....	9
1.2. A Creche como um espaço educativo	11
2. EDUCAÇÃO INFANTIL E O MOVIMENTO DE INCLUSÃO	14
2.1. Transformações na visão social sobre a pessoa com deficiência	14
3. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo resgatar as transformações ao longo da história da Educação Infantil como direito social e a influência do movimento de inclusão em contexto de creches e escolas de Educação Infantil.

O desejo de pesquisar o tema surgiu da vivência ocorrida em sala de aula, na qual, em dois anos, tive o privilégio de trabalhar com crianças portadora de necessidades específicas, cada uma com seu grau de dificuldade e potencialidades diversas. A partir do estudo desenvolvido ao longo do curso de Esp. Em Educação infantil, pude rever as práticas pedagógicas desenvolvidas e analisar alguns aspectos importantes que envolvem o movimento de inclusão na escola/creche inclusivas. Os dois relatos incluídos na monografia são analisados e revelam a primeira tentativa de diálogo e reflexão sobre a prática pedagógica em contexto de inclusão.

A primeira criança foi diagnosticada com Síndrome de *Asperger*, um transtorno de espectro do autismo, no qual a criança tende a ter dificuldades de socialização, como também sofre com mudanças de rotina; a outra criança citada tem necessidades especiais motoras, o que torna dificultoso a sua locomoção no espaço escolar.

Cada necessidade específica apresentada tem ampla importância na construção da proposta pedagógica adaptada e precisa ser avaliada para que a oferta da rede de apoio e suporte seja realizada de forma adequada desde a Educação Infantil por entender que nessa etapa da educação básica, a criança inicia o processo de desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, estético, ético, de relacionamento interpessoal e de inserção social.

O estudo desenvolvido para esta produção monográfica procura contribuir para a reflexão sobre o papel da creche/escola no movimento de inclusão. As instituições educacionais precisam estar preparadas para receber e atender as crianças com necessidades específicas, assim como, os espaços precisam ser adaptados e os profissionais de educação infantil devidamente qualificados.

O objetivo desta análise é investigar como o movimento de inclusão influencia e provoca transformações no campo da Educação Infantil.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, é abordado o campo da Educação Infantil e o surgimento da creche como espaço educativo, a partir das contribuições de alguns autores, tais como, Àries (1981) e Oliveira (2001), como será observado no capítulo 1.

O Capítulo 2 está centrado na investigação acerca do movimento de inclusão, no contexto das creches e escolas de Educação Infantil. Essas questões são discutidas a partir dos Referencias para a Educação Infantil do MEC, da Declaração de Salamanca e do pensamento de autores como Silva (2003) e Guhur (1994), dentre outros.

No capítulo 3 são realizados dois relatos de casos a respeito dos alunos com diferentes primordialidades que auxiliam na reflexão acerca da rede de apoio e suporte necessário para a construção de um projeto inclusivo de educação em creches e escolas de Educação Infantil.

O resgate da experiência pessoal, na condição de professora em situação de inclusão, mobiliza a reflexão em relação a temas estudados durante o período da especialização.

Seguem abaixo algumas questões centrais estudadas:

a) Que modelo de educação está sendo oferecido para crianças com necessidades específicas?

b) De que forma os profissionais da educação estão atuando nesse contexto da educação inclusiva?

c) A escola está oferecendo um espaço acolhedor, com materiais e acesso adequado para essas crianças?

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho analítico foi de cunho bibliográfico acerca dos temas centrais de estudo e o resgate da experiência pessoal, enquanto professora atuante nesse campo, realizada em dois estudos de caso.

1. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO SOCIAL: UM RESGATE HISTÓRICO

1.1. O surgimento da creche como espaço educativo

É direito da criança ser criada e educada por suas famílias. Atualmente esse direito, diversas vezes, é "tirado" da criança, porque os pais trabalham e transferem para a creche a educação de seus filhos, quando na verdade, a creche enquanto primeira etapa da educação infantil, tem a função de colaborar com os pais nesta educação.

Cada criança traz consigo hereditariedades genéticas e culturais e, portanto, o educador deverá interagir com cada uma, levando-a a vivenciar outras situações a fim de permitir seu desenvolvimento, complementando a educação que a criança adquire em contexto familiar.

Os pressupostos mencionados devem ser garantidos para todas as crianças, inclusive aquelas que apresentem algum tipo de deficiência ou necessidades específicas. A creche é um espaço educativo para todas as crianças e a educação inclusiva é um modelo de educação que deve ser garantido desde a educação infantil até a universidade, de acordo com a legislação vigente.

Através de estudos feitos sobre a história da creche, destacar destaca-se o seu início no século XIX, quando surgiu à Casa dos Expostos¹, acompanhando o movimento feminista e mudanças na concepção de criança. A falta de condições financeiras obrigou as mulheres "mães" a se lançarem no mercado de trabalho para complementar a renda familiar e, a partir de então, surgiram às creches comunitárias em comunidades locais. As crianças frequentavam a creche enquanto suas mães trabalhavam.

Acompanhando a história do atendimento às crianças, a partir do pensamento de Áries (1981), observamos várias transformações na visão social a respeito da infância e as formas de lidar com as crianças. Uma das mudanças ocorreu no fim da Idade Média, segundo Áries (1981), quando surgiu a ideia diferenciada de Infância e comportamentos que refletem a compreensão de que a criança tem características próprias e a "paparicação", que recebem até os dias de hoje. Na época, a elite oferecia esses "mimos", pois viam na criança um ser que aprendia

¹ Instituição que acolhia crianças abandonadas, frutos de relações não legítimas. O principal objetivo visava diminuir o índice de mortalidade infantil.

as atenções da família. Porém, esses “paparicos” eram vistos de forma equivocada pelos educadores da época, porque acreditavam que as crianças precisavam de limites para corrigir ações ou atitudes indevidas.

Nesse período, observou-se que a sociedade manifestava sentimentos de dor ao perder uma de suas crianças, um dado deveras importante e revelador de uma mudança consciência dado que anteriormente não existia afeição à criança sequer entendimento que esta pudesse proporcionar alegria e uma dinâmica diferente para a família. Em alguns, embora pareça horrendo e desumano, pais matavam seus próprios filhos, quando indesejados devido a algum problema social, na maioria das vezes estupro ou oriundos de relações extraconjugais com escravos

Até o fim do século XVIII, a escola era destinada a aprendizes técnicos e não a Educação Infantil. Durante a Era Moderna, a instituição não tinha seu estudo dividido por idades, mas por conteúdos e, em sua maioria, de caráter religioso. Após determinado período, o espaço voltado para a educação foi dividido em Internatos, para as elites, e ensino primário para o povo.

O ensino universal, ou seja, destinado a todas as classes, não era defendido pelos Iluministas (século XVIII), pois estes defendiam a educação diferenciada, conforme o status social de cada indivíduo. Assim Como eram divididos os trabalhos intelectuais e os braçais/manuais, oferecidos, respectivamente, a elite e ao “povo”.

Com o Neoliberalismo, século XIX, a escola passou a ser vista enquanto espaço de preparação para o trabalho, porque o mundo agora queria uma força de trabalho qualificada. Nesse contexto, é reconhecida a importância da escola para a qualificação profissional, bem como é reconhecida e explorada na condição de espaço para transmitir a ideologia dominante. Outrora, no Liberalismo, a escola era concebida com o objetivo de oferecer educação entre os direitos dos homens e cidadãos, agora a escola é feita para subordinar alunos a fim de que se tornem consumidores. Nessa época, observa-se unidade de ensino particulares, iniciando, portanto, a concorrência entre diferentes instituições de ensino, o que nós conhecemos bem atualmente, na rede de ensino das escolas particulares, nas quais cada uma tem o objetivo de ser superior no que toca aos métodos entre outras ofertas e promessas.

O pensamento de Einstein (1952, p., 25) ajuda a refletir sobre os diferentes modelos de educação:

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque ele se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. Os excessos do sistema de competição e especialização prematura, sob o falacioso pretexto de eficácia, assassinam o espírito, impossibilitam qualquer vida cultural e chegam a suprimir os progressos nas ciências do futuro. “É preciso, enfim, tendo em vista a realização de uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico na inteligência do jovem.” (p., 25).

1.2.A Creche como um espaço educativo

A partir desse resgate histórico no que toca às diferentes orientações que perpassaram o campo da Educação, destaca-se aspectos significativos que devem ser considerados ao refletirmos acerca da educação em espaço de creches. Para a construção dessa educação, é preciso capacitar, valorizar e investir na formação do profissional que irá desenvolver suas atividades na creche de modo a garantir educação básica de qualidade: eficiente, prazerosa e eficaz, na realização da função que se propõe.

É necessário compreender a criança como público alvo fundamental da educação, que exige atenção e trabalho qualificado do educador, envolvendo conhecimentos específicos, habilidades, instrumentos, o estudo sobre vários campos do conhecimento e a parceria e cooperação de profissionais de várias áreas, além de exigir do educador a capacidade de organização do ambiente da sala de aula para promoção de maior autonomia às crianças.

Nesse contexto, o profissional de educação atento e sensível será capaz de promover oportunidades pedagógicas, bem como, será desafiado a observar e avaliar as novas habilidades que as crianças estão desenvolvendo. (OLIVEIRA, 2001, p., 93).

A sociedade por vezes rotula a creche como o espaço do brincar, um parque no qual seus filhos podem ficar enquanto seus pais trabalham, entretanto, como citado no início deste trabalho, o principal objetivo da creche principal é mediar a primeira etapa da educação escolar na vida da criança, sendo, então, de suma importância.

A creche que trabalha com crianças desde o primeiro ano de vida, a partir de uma concepção de criança como um ser social, histórico e psicológico, toma como ponto de partida o universo cultural da criança, buscando um trabalho libertador e transformador da realidade, com foco na formação de cidadãos críticos.

A instituição de educação infantil incorpora funções de cuidar e educar,

além de prestar cuidado físico, cria condições para o desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional da criança. Ao promover um ambiente adequado de trabalho, contribuirá para o desenvolvimento do processo de elaboração do conhecimento, no qual a criança interage de diversas formas com os indivíduos e o espaço da creche, provendo a ela oportunidades para a troca de conhecimentos e uma plena segurança para se expressar.

Quando pensamos na creche como instituição promotora de socialização e aprendizado, é preciso lembrar a maneira como isso ocorre, ciente de que a educação infantil busca, inclusive, a transformação deste pequeno indivíduo em cidadão responsável e crítico.

Para que haja um bom desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo e social é fundamental inserir a criança no cotidiano da creche, com o principal intuito de desenvolver relações e capacidades, através do educar, do cuidado e da brincadeira, buscando a formação dessas crianças. Assim, o trabalho do educador é como uma chave para a porta do conhecimento, elemento de suma e total importância.

Nos dias de hoje, os comportamentos, os pensamentos, as metodologias e a própria prática de ensino mudaram e se aprimoraram. O que está imperando atualmente é a tecnologia, proporcionada pela Revolução Industrial, e o professor precisa estar atento a isso. Então, toda a sua dinâmica deve estar em conformidade com a modernidade, porque diz respeito à qualidade do ensino e à relação com o aluno.

Destacamos o documento publicado pelo MEC como orientador da prática pedagógica nesse contexto da Educação Infantil. Após várias discussões e estudos em relação a Educação Infantil no Brasil, o MEC lançou em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

O RCNEI surgiu com o intuito de integrar a Educação Infantil nos diversos níveis escolares, proporcionando o direcionamento desta para a formação crítica e analítica dos cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, firmando a base real e concreta da educação.

O RCNEI valoriza a socialização e a discussão, propondo orientações curriculares, embasados no processo de desenvolvimento e de aprendizagem da criança, buscando a perspectiva construtivista. Este é um instrumento de reflexão da educação infantil, respeitando os estilos pedagógicos e a diversidade cultural.

Porém, apesar deste referencial subsidiar e instrumentalizar os profissionais atuantes nesse nível escolar, não é de cunho obrigatório.

O RCNEI está dividido em dois campos: Formação Pessoal, Social e Conhecimento de Mundo, e separado por eixos, identidade, autonomia, movimento, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. (VASCONCELOS, 2005, p., 107).

Frente ao mundo sociocultural e natural que se apresenta de maneira diversa e polissêmica optou-se por um recorte curricular que visa instrumentalizar a ação do professor, destacando os âmbitos de experiências essenciais que devem servir de referência para prática educativa (...) os âmbitos são compreendidos como domínios ou campos de ação que dão visibilidades aos eixos de trabalho educativo para que o professor possa organizar sua prática e refletir sobre a abrangência das experiências que propicia as crianças (RCNEI, vol. I p., 45).

Neste documento encontram-se as bases, segundo seu criador, que asseguram a construção de uma proposta pedagógica para cada faixa, a fim de orientar sobre os aspectos mais importantes para um atendimento de qualidade na Educação Infantil. Há também um modelo de perfil profissional da educação infantil, o qual revela as várias maneiras de organizá-lo, conduzir e avaliá-lo para, assim, desenvolver junto às crianças e as respectivas famílias.

O professor deve propiciar situações e espaços de aprendizagem que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas aos conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano, levando em consideração as singularidades existentes entre os alunos, bem como a diversidade social, ética, costumes e valores presentes na sala de aula, trabalhando com respeito as diferenças e promovendo socialização.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pais, dialogando com os familiares e a bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também uma aprendizagem, refletindo constantemente sobre sua prática (...) (BRASIL, 1998, p.41)

É preciso ter professores comprometidos com a prática educacional, buscando eficientemente o desenvolvimento de atividades educacionais, capazes de responder as exigências das famílias e das crianças, assim, como as questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL E O MOVIMENTO DE INCLUSÃO

2.1. Transformações na visão social sobre a pessoa com deficiência

Após a observância sobre a Educação Infantil e seu contexto histórico/cultural e o reconhecimento de sua importância na vida de todas as crianças, vamos nos aprofundar no estudo acerca do movimento de inclusão nas creches e escolas.

Com esse objetivo, resgatamos alguns momentos marcantes da história que nos auxiliam na reflexão a respeito das transformações ocorridas em relação à visão social quanto à pessoa com deficiência.

Anos atrás, “a sociedade baseava-se no modelo agro-produto e as classes inferiores eram responsáveis pelos serviços braçais” (SILVA, 2003, p., 4), com isso se tornava fundamental o trabalho braçal, tanto para guerra quanto para área agrícola. Nessa circunstância, as pessoas com deficiência física não se enquadravam ao padrão de normalidade e, muitas vezes, eram exterminadas no mesmo momento do nascimento. Já as que nasciam com algum tipo de deficiência mental, que ainda poderiam usar todo o seu esforço físico no trabalho agrícola, tinham a possibilidade de serem tratadas pela família.

No período feudal, a religiosidade tinha o poder sobre tudo e todas as coisas, e, por essa razão, a busca de respostas a respeito da natureza e da sociedade eram encontradas na religião. Todavia, no último período da Idade Média, ocorreu a queda do feudalismo, o que modificou todo o contexto. Segundo Guhur (1994, p., 80) nesse período, “o natural, e não mais o divino, passa a ser critério de norma e valor, sendo, portanto, valorado ou (des)valorizado tudo aquilo que é conforme a natureza”, nascendo, então, a busca para compreender as necessidades das pessoas, através da ciência. E com a ciência, surgiu o hospital psiquiátrico, local onde pessoas com necessidades especiais eram realocadas, com intuito de fornecer oportunidades às famílias na retomada ao campo de trabalho.

Nesses diferentes contextos, observamos que o tratamento da sociedade afastava essas pessoas do convívio social, criando uma ruptura na autoestima dos mesmos. Somente no século XX deu-se o início da discussão a respeito dos direitos humanos, que começa a envolver questões relacionadas às pessoas com necessidades especiais.

No contexto brasileiro, no período imperial, o Brasil finalmente deu início ao trabalho com educação especial, reconhecendo a necessidade de criação de um espaço no qual pessoas com necessidades especiais tivessem um ensino voltado diretamente para eles. A busca de alternativas para o trabalho junto a esses alunos com deficiência resultou em alguns avanços, tornando possível a retomada dos mesmos ao convívio sócio afetivo com toda a sociedade.

Outro momento significativo em relação ao trabalho nesse campo da Educação Especial ocorreu em 1994, com a assinatura da Declaração de Salamanca, na Espanha, por vários países. Este documento é um marco histórico na luta pelos direitos da pessoa com deficiência e reconhece a educação regular como um direito para todos. De acordo com esse documento, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 1994, p., 1).

A Declaração de Salamanca serviu como marco inicial para o capítulo V da LDB Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, firmando a importância da educação inclusiva em escolas de ensino regular, acreditando em quão significativo é uma educação baseada na diversidade e norteando a troca de conhecimento de ambos.

Com a reflexão de todo esse contexto histórico da Educação Brasileira, nos deparamos com três paradigmas, sendo eles: o “assistencialista”, o “de serviços” e o “de suporte”. O primeiro aconteceu junto à criação de locais especializados, para o tratamento de ambos, sendo eles os hospitais psiquiátricos, tendo, na visão “assistencialista” a intencionalidade de cuidar, de proteger e de buscar incessante um lugar seguro para seus familiares.

O paradigma “de serviços” surgiu no início do século XX, através de discussões acerca dos direitos humanos, que criou margem para discussão a respeito dos direitos também dos deficientes. Dando, assim, um impulso a integração dos demais com o todo, junto à criação de instituições nas quais os deficientes tivessem uma vida social melhor, buscando um preparo para o mercado de trabalho.

Esse paradigma foi o mais questionado, pelo fato de não encontrarem o resultado para essa interação e a igualdade no mercado de trabalho. Com isso foi criando rapidamente no século XXI o terceiro paradigma, o “de suporte” no qual o seu princípio é a inclusão social, agindo com a inserção de deficientes em escolas

de ensino regular, através de toda um alicerce amplo do espaço, do currículo, assim como o conceito da vida em sociedade.

2.2. O MOVIMENTO DE INCLUSÃO

Inclusão: “ato ou efeito de incluir(-se). Estado daquilo que ou de quem está incluso, inserido, metido, compreendido dentro de algo, ou envolvido, implicado em; de alguém em um grupo” (HOUAISS, 2004, p., 1595).

O paradigma de suporte tem a função de criar uma nova visão social, na qual as diferenças são reconhecidas como uma característica do humano, promovendo a inversão dos papéis. Assim, a sociedade tem a imensa responsabilidade de fornecer todo um serviço que ofereça acesso ao deficiente em todos os meios sociais, desde a escola até um centro cultural, um parque, um shopping, entre outros lugares. Mudanças também serão necessárias para a promoção da acessibilidade ao espaço físico, tais como: a criação de rampas, elevadores, sinalizações sonoras ou com texturas, banheiros, dentre outros recursos adaptados.

Muitos entendem a inclusão apenas como a inserção de uma criança com necessidades especiais em creche ou escola comum, sem compreenderem que essa ação promove uma mudança na lógica da escola. O movimento de inclusão em creche ou escola exige uma nova organização no sistema educacional, transformando suas práticas, suas relações, seus conceitos com o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade para todos. Quando abordamos essa questão na educação infantil, destacamos que:

Hoje, com a política de inclusão, a educação infantil é a porta de ingresso ao sistema educacional para boa parte das crianças, devendo o atendimento educacional especializado, ser ofertado na própria creche ou pré-escola em que a criança está matriculada. (DUTRA, 1996, p., 21).

De acordo com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – 9394/96, art. 58, a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (LDB, 1996, cap. V, art. 58).

A inclusão escolar tem como objetivo o acolhimento de todos os alunos sem exceção. Atualmente, no sistema de ensino considera-se ilegal a instituição que recusar-se a receber crianças com necessidades especiais, assim como se torna

inadmissível a criação de outra turma que funcione apenas com crianças especiais. A Lei nº 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas com necessidades especiais e sua integração social, definindo como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

Deste modo, é essencial e obrigatório que a escola ofereça a rede de apoio e suporte adequada e tenha em seu quadro docente professores qualificados para o apoio a esses alunos. O planejamento deve ser adaptado às necessidades específicas dos alunos com alguma deficiência, envolvendo atividades que levem em consideração suas necessidades e potencialidades, possibilitando a inclusão em classes comuns. O artigo 208 da Constituição Brasileira especifica que é um dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Batista complementa, ainda, que

(...) as práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversidade de atividades. O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um “ensino diversificado” para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. As atividades não são graduadas, para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que seus alunos as escolham livremente, de acordo com o interesse que têm por elas. (BATISTA, 2006, p., 13).

A partir dessas considerações, alguns questionamentos orientam nosso estudo, tais como:

- a) Que modelo de educação está sendo oferecido para estas crianças com necessidades específicas?
- b) De que forma os profissionais da educação estão atuando nesse contexto da educação inclusiva?
- c) A escola está oferecendo um espaço acolhedor, com materiais e acesso adequado para essas crianças?

Esse trabalho tem como ponto de partida, a reflexão sobre minha experiência pessoal como professora de um aluno com necessidades específicas, incluído na creche. Essa oportunidade de trabalho propiciou minha relação direta com a diversidade das crianças convivendo num grupo heterogêneo e o exercício

constante para o reconhecimento de suas necessidades e possibilidades físicas e sensoriais. A partir das observações realizadas nesse contexto, destacamos que a aceitação dessa realidade de trabalho em grupos inclusivos provoca modificações no todo da escola, que poderá beneficiar a todos.

No espaço escolar a promoção da acessibilidade é condição fundamental para a inclusão e desempenho das crianças. O trabalho promovido no ensino regular deve ser acolhedor para todas as crianças e, para que isso ocorra, a acessibilidade precisa ser oferecida através das adaptações e de acesso ao currículo.

É fundamental o respeito às necessidades específicas dos alunos incluídos, o que requer transformações na unidade de ensino, visando à construção de um espaço que esteja apto a receber todos os alunos, com ou sem algum tipo de deficiência, sem barreiras ou constrangimentos, respeitando suas diferenças.

É importante lembrar que não somente em escolas, como também em todos os espaços públicos deve haver mudanças para promoção da acessibilidade que assegurem o direito da pessoa com uma deficiência de ir e vir livremente. Acima de qualquer diferença, somos todos cidadãos com deveres e direitos a serem cumpridos e assegurados pela sociedade.

3. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O estudo realizado ao longo do curso de Especialização em Educação infantil e durante a elaboração desta monografia, mobilizaram meu olhar crítico e reflexivo a respeito da minha prática pedagógica. Ao rememorar a experiência vivida como professora de alunos com diferentes necessidades específicas incluídos na creche, reapresento essa trajetória refletindo sobre alguns aspectos que envolvem o processo de inclusão.

A partir da análise realizada durante a produção monográfica, pude construir outra visão em relação a inclusão de crianças com necessidades específicas que ajudaram a reavaliar a prática do trabalho desenvolvido no contexto de uma escola privada inclusiva. Trabalhei como professora nessa escola privada que atende alunos de classe média alta, na cidade do Rio de Janeiro, localizada na Barra da Tijuca, com turmas da Educação Infantil, do Berçário I até a Pré-escola II (crianças de quatro meses até seis anos de idade).

Nessa instituição tive o privilégio de conhecer duas crianças com necessidades específicas, cada uma com o seu grau de dificuldade. Uma criança foi diagnosticada com síndrome de *Asperger*, um transtorno de espectro do autismo, no qual a criança tende a ter dificuldades de se socializar, como também, sofre com mudanças de rotina. A outra criança apresenta deficiência física/motora e sua maior dificuldade é de locomoção no espaço escolar.

Em primeiro lugar vou apresentar o aluno Pedro, um menino grande de olhos verdes e um sorriso encantador, moreno de cabelo encaracolado. Pedro estudava na escola desde um ano e meio, mas somente o conheci quando já tinha dois anos de idade, que na ocasião fazia parte da turma de Maternal II, na qual contava com a presença de dezoito crianças e três professoras. No primeiro dia que nos conhecemos percebi que Pedro², falava pouquíssimas palavras e não se relacionava com seus amigos. Após essa avaliação inicial relativa às suas características individuais, fui desafiada a procurar mais informações acerca do seu comportamento e necessidades específicas. Então, reporteime às professoras que trabalharam com o menino anteriormente para obter informações e dados

² Devido ao caráter confidencial da pesquisa, as identidades das crianças observadas não foram reveladas e, por essa razão, usa-se nomes fictícios.

relacionados ao seu comportamento, necessidades, potencialidades, processo de aprendizado e de socialização com o grupo. A resposta foi: “- Pedro tem alguma coisa, mas não sabemos o que. Ele vive no mundo da lua! ”. “- Ele não fala nada, nem olhar pra gente ele olha. ”

A partir dessa conversa inicial, passei a observar e a observar de perto o comportamento e o desenvolvimento de Pedro. Ao longo de meses, notei suas atitudes, analisando cada ação, reação, tudo o que ele fazia no período que ficava na escola. Junto à coordenação pedagógica, marquei um encontro com a mãe do Pedro.

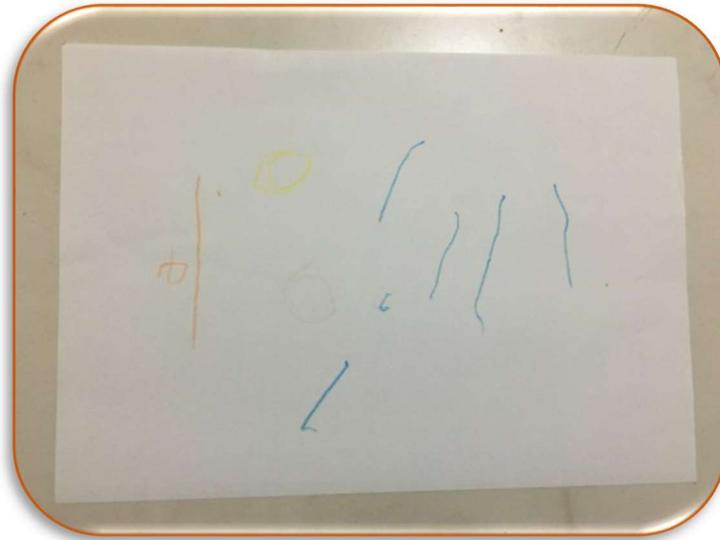
No primeiro momento a mãe disse não poder comparecer ao encontro, remarcando-o umas duas vezes. Pensei que não conseguiria ter esse encontro, mas na terceira tentativa, tive sucesso e finalmente pude conhecer um pouco sobre o contexto familiar do Pedro

Nesse encontro com a mãe, conheci a criança a partir de outros olhos e pude perceber que todas as minhas pontuações relacionadas à forma como o aluno explorava a comunicação verbal e não verbal, suas dificuldades na interação e relação social, o comportamento ritualizado, seus movimentos repetitivos e seus interesses restritos, não eram novidade para sua família. Nesse encontro, a mãe se sentiu à vontade e segura para dizer que teve medo do preconceito e discriminação da escola e dos professores. Por esse motivo, nunca procurou a escola para conversar e buscar apoio, ela simplesmente se fechou para não ouvir o lado da escola.

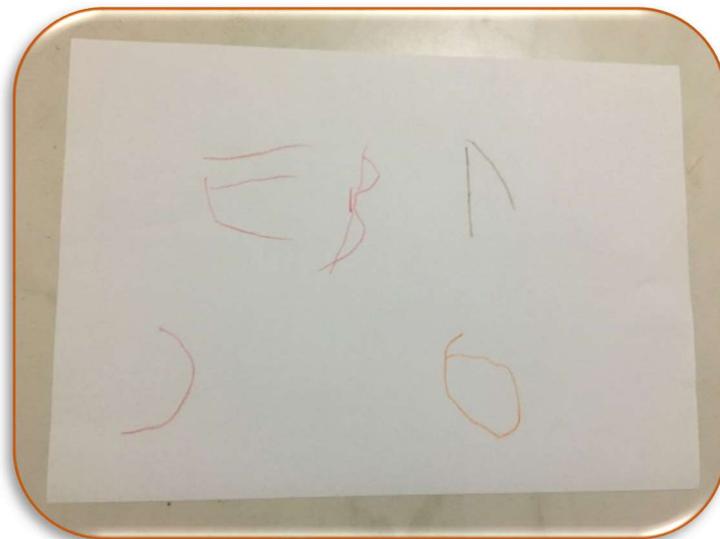
Entretanto, disse ter procurado uma equipe de diagnóstico multidisciplinar, incluindo uma terapeuta de fala e linguagem, sua pediatra, e um psicólogo, os quais lhe abriram portas para conhecer sobre a Síndrome de *Asperger* e compreender mais sobre o comportamento do Pedro e sua necessidade especial. Então, a mãe disse que o avanço do comportamento pontuado por mim nesse encontro era graças a todo o trabalho desse grupo, e indiretamente da escola, que muito antes de saber do diagnóstico, já trabalhava com uma proposta curricular adaptada, visando atender às necessidades apresentadas pelo Pedro.

E foi a partir desse primeiro encontro que a relação de união e a parceria entre escola e família foram iniciadas trazendo benefícios significativos para o Pedro que teve grandes avanços e ótimos resultados durante todo o ano letivo que trabalhei ao seu lado. Seguem alguns trabalhos dele:

1º. semestre (março, 2016)



2º. semestre (outubro, 2016)



O breve relato simboliza a importância da parceria escola-família para que o trabalho pedagógico possa ser desenvolvido de acordo com as necessidades específicas do aluno. Foi a partir dessa parceria com a família que encontramos estratégias e promovemos as adaptações de acesso ao currículo e no currículo que atenderam às necessidades e desenvolveram as potencialidades da criança. Através

de um trabalho construído coletivamente, envolvendo a família e a escola, que o menino Pedro venceu e até hoje vence as barreiras e os obstáculos que enfrenta para ser incluído no contexto social, afetivo e cultural.

O segundo relato é sobre a aluna Maria, que diferente do Pedro, nasceu sem deficiência, mas, por força do destino, adquiriu uma deficiência física.

Conheci Maria quando ainda tinha um ano e meio de idade, expressando suas primeiras conquistas verbais e dando os seus primeiros passos. Mas, ao completar dois anos, Maria sofreu um acidente de carro.

Após sair da escola, a aproximadamente uns 200 metros de casa, um ônibus freou bruscamente na frente do carro de sua mãe, ocasionando o acidente que mudou sua vida. Maria estava sentada na cadeirinha, na qual ela na maioria das vezes tirava os braços do cinto ficando presa apenas na altura abdominal. Sua mãe relatou que não estava correndo e que, após o acidente, olhou para trás e ela estava lá, no mesmo lugar que havia sido colocada, sentadinha e chorando um pouco, além de assustada, juntamente com o seu irmão, que milagrosamente nada sofreu.

Infelizmente Maria sofreu uma lesão medular com o impacto, e inicialmente perdeu totalmente seus movimentos do umbigo ao pé, como também, fraturou o fêmur e a bacia, passando por cirurgias de emergência.

A menina ficou quarenta dias hospitalizada, o que lhe causou muito sofrimento durante todo o período de internação. A menina apresentou comportamento arredoio, recusando a atenção de todos e demonstrando muita irritação. Aquele lugar lhe trazia dor e procurei visitá-la levando um pouco de alegria para a linda menina.

Após sessões de fisioterapias, Maria começou a ter mais sensibilidade abaixo do umbigo. Ela recuperou muito bem o movimento do quadríceps e começou a engatinhar, conseguindo se locomover pelos espaços.

Ao retornar à escola, o espaço necessitou sofrer algumas mudanças para promover acessibilidade a essa aluna que agora apresentava necessidades específicas decorrentes das sequelas do acidente. Algumas adaptações de acesso foram construídas pela escola, tais como: inserção de rampas de acesso e corrimão, em alguns espaços, e no banheiro.

Não houve necessidade mudanças significativas, pois o mobiliário já era no tamanho apropriado, assim como as pias e vasos sanitários do banheiro. Toda a área externa da escola estava com o chão revestido por um material emborrachado. Os

recursos adaptados no ambiente físico e arquitetônico promoveram maiores condições para que Maria pudesse se locomover com autonomia e acessibilidade. Ponto central no processo de inclusão da criança com uma deficiência que precisa ser atendida em suas necessidades mais específicas para ter acesso a uma educação inclusiva de qualidade. Tais recursos adaptados ofereceram condições para Maria participar das propostas junto com todas as outras crianças, de forma que ela não se sentisse constrangida ou excluída do grupo. Com essas condições de acessibilidade oferecidas pelas escolas, Maria e todas as outras crianças que necessitem de adaptações por diferentes razões, poderão ter acesso aos espaços da escola, sem barreiras ou dificuldades. A garantia da acessibilidade é dever da escola e direito da criança e de toda pessoa com alguma deficiência ou necessidade específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema surgiu a partir das experiências que vivo na minha profissão. Identifico-me com as crianças e procuro aprimorar-me para proporcionar atendimento de qualidade às crianças com as quais trabalho e trabalharei, além, de buscar êxito profissional.

Ao longo da monografia foi destacou-se a importância da reflexão acerca da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, na qual a criança inicia o processo de desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, estético, ético, de relacionamento interpessoal e de inserção social. O trabalho desenvolvido nesse contexto deve atender às necessidades específicas das crianças que necessitem de adaptações de acesso ao currículo e no currículo.

Para mediar esse processo educativo no ambiente inclusivo, é preciso que o educador esteja capacitado e comprometido. Isso exige a busca pelo aprendizado necessário de modo que possa desenvolver e mediar o processo pedagógico respeitando as singularidades dos educandos com competência e sensibilidade. Dessa forma, contribuirá para a superação das barreiras que impedem ou dificultam o processo educativo e o movimento de inclusão.

A busca de bons resultados do movimento de inclusão na educação requer uma postura aberta e comprometida do educador, um olhar atento sobre a criança, pois ela se encontra em um contínuo crescimento e desenvolvimento. Ao buscar compreender suas características e necessidades específicas, construindo uma parceria entre a escola e a família, será possível melhor compreender essa criança proporcionando as condições adequadas para seu desenvolvimento, aprendizado, interações com independência e autonomia num ambiente inclusivo.

Para esse trabalho da educação inclusiva são necessários investimentos das escolas com ênfase na promoção da acessibilidade ao currículo e no currículo, assim como, nos recursos educacionais disponíveis, aliados a uma boa formação dos professores e do pessoal de apoio. Esses fatores são um diferencial importante que contribuem para um bom desempenho das crianças com necessidades específicas incluídos em grupos inclusivos.

A educação no país está muito precária devido à situação governamental em que nos encontramos. Acredito que os governantes precisarão rever os investimentos e as prioridades da educação, somente assim verdadeiramente

construiremos um país melhor e mais justo, que valorize efetivamente a Educação Infantil como um direito de todas as crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica?** In: OMOTE, S. (Org.). *Inclusão e intenção e realidade*. Marília. Fundepe, 2004, p. 37-59.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº9394/1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

DRAGO, Rogério. **Infância, educação infantil e inclusão**: um estudo de caso em Vitória. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: PUC, 2005.

DUTRA, Cláudia Pereira. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf> Matéria de capa Acessado dia 17/07/2017

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua português**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Rosana A. da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira**: das Propostas de Segregação à Proposta Inclusiva: O Olhar da Cidade de Mairiporã. Monografia apresentada para conclusão do curso de Especialização Latu Ssensu “A Educação Inclusiva na Deficiência Mental”, PUC, São Paulo, 2003.